



O INSTITUTO DE CEGOS DA BAHIA (ICB) E AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM ESCOLAS REGULARES: ASSOCIAÇÃO ENTRE NARRATIVAS ORAIS E FONTES DOCUMENTAIS

Robenilson Nascimento dos Santos
Universidade Federal da Bahia, Brasil
robenilson@gmail.com

RESUMO

O texto apresenta um recorte da pesquisa, cujo propósito está em sistematizar a memória da Educação Especial no estado da Bahia, enfocando o trabalho desenvolvido pelas instituições especializadas para o acesso à escola regular de educandos cegos e com baixa visão. Sintetiza-se o trabalho precursor do Instituto de Cegos da Bahia (ICB) no tocante às ações que culminaram com o início do processo de inserção de estudantes com deficiência visual nos espaços considerados comuns de ensino, através do convívio com os demais alunos. A análise fundamenta-se em fontes documentais associadas a narrativas orais destacando a potencialidade dos relatos de testemunhas para sistematização dessa memória. Da discussão conclui-se, apontando a relevância da pesquisa na relação estabelecida com os estudos concernentes ao patrimônio histórico educativo e a contribuição para compreender o atual contexto da Educação Especial.

Palavras-chave: Educação especial. Deficiência visual. Memória.

EL INSTITUTO DE CIEGOS DE BAHIA (ICB) Y LAS PRIMERAS INICIATIVAS DE INTEGRACIÓN DE EDUCANDOS CON DISCAPACIDAD VISUAL EN ESCUELAS REGULARES: ASOCIACIÓN ENTRE NARRATIVAS ORALES Y FUENTES DOCUMENTALES

RESUMEN

El texto presenta un recorte de la investigación cuyo propósito es sistematizar la memoria de la Educación Especial en el estado de Bahía, enfocando el trabajo desarrollado por las instituciones especializadas para el acceso a la escuela regular de educandos ciegos y con baja visión. Se sintetiza el trabajo precursor del Instituto de Cegos de Bahía (ICB) en lo que se refiere a las acciones que culminaron con el inicio del proceso de inserción de estudiantes con discapacidad visual en los espacios considerados comunes de enseñanza, a través de la convivencia con los demás alumnos. El análisis se fundamenta en fuentes documentales asociadas a narrativas orales destacando la potencialidad de los relatos de testigos para sistematización de esa memoria. De la discusión se concluyó, apuntando la relevancia de la investigación en la relación establecida con los estudios concernientes al patrimonio histórico educativo y la contribución para comprender el actual contexto de la Educación Especial.

Palabras clave: Educación especial. Deficiencia visual. La memoria.

THE INITIATIVE OF A SPECIAL EDUCATION INSTITUTION TO INTEGRATE VISUAL DEFICIENCY STUDENTS IN COMMON SCHOOLS: ASSOCIATION BETWEEN ORAL REPPORTS AND DOCUMENTS RESOURCES

ABSTRACT



The text shows part of the research whose purpose is to systematize the memory of the Special Education in the state of Bahia. The research focus is the work developed by the specialized institutions for access of blind and low vision students to the regular school. The pioneering work of the Instituto de Cegos da Bahia (ICB) is summarized in the actions that culminate in the insertion process of visual deficiency students in the common school. The analysis is based on documentary sources associated with oral narratives, highlighting the potentiality of witness reports to systematize this memory. From the discussion, it was concluded that the pertinence of relation with the studies concerning historical heritage and the contribution to understand the current scenery of Special Education.

Keywords: Special education. Visual deficiency. Memory.

L'INSTITUT DES AVEUGLES DE BAHIA (ICB) ET LES PREMIERES INITIATIVES D'INTEGRATION D'ELEVES DEFICIENTS VISUELS DANS LES ECOLES ORDINAIRES: ASSOCIATION ENTRE RECITS ORAUX ET SOURCES DOCUMENTAIRES

RÉSUMÉ

Le texte présente un découpage de la recherche dont le but est de systematiser la mémoire de l'éducation spéciale dans l'état de Bahia centrant le travail développé par des institutions spécialisées pour l'accès à l'école ordinaire des élèves aveugles et malvoyants. Il synthétise le travail précurseur de l'Institut des Aveugles de Bahia (ICB) à l'égard des actions qui ont abouti au début du processus d'insertion des étudiants malvoyants dans les espaces considérées comme un enseignement commun, à travers le contact avec les autres étudiants. L'analyse est basée sur des sources documentaires associés à des récits oraux soulignant le potentiel de rapports de témoins pour systématiser cette mémoire. La discussion se termine en soulignant la pertinence de la recherche et la relation établi avec les études concernant le patrimoine éducatif historique et la contribution à la compréhension du contexte actuel de l'éducation spéciale.

Mots clés: Education spéciale. Deficiência visual. Mémoire.

INTRODUÇÃO

O paradigma de instituições totais de assistência educacional às pessoas com deficiência visual assumido pelo Estado brasileiro na segunda metade do século XIX, com a criação do Instituto Benjamin Constant (IBC) foi amplamente difundido a partir do início do século XX, através de iniciativas particulares filantrópicas, predominou durante um longo período na história educacional brasileira. Essa prática, desenvolvida em parte significativa do século XX, sendo questionada a partir de fins dos anos de 1950, foi gradativamente repensada, tendo em vista outros formatos de inserção educacional de pessoas cegas e com baixa visão. O Instituto de Cegos da Bahia (ICB), objeto desse estudo, em meados dos anos 1990 aboliu o modelo de internato, reestruturando suas ações educativas de maneira a adequar-se aos princípios propostos pelo ideário de educação inclusiva.



Assume-se nesse trabalho o entendimento da memória da educação em uma perspectiva contextualizada, crítica e problematizadora dos fenômenos educacionais. A importância de sua preservação e sistematização reside não apenas em analisar e interpretar o passado educacional, mas principalmente como possibilidade de compreensão do presente, um olhar crítico sobre as experiências vivenciadas e, por conseguinte um redirecionamento nas ações, podendo apontar para a formulação de políticas públicas. Quadro de referência no qual também se insere a memória da Educação Especial.

Esse estudo integra uma pesquisa com a intenção de sistematizar a história da Educação de pessoas cegas e com baixa visão no Estado da Bahia, ressaltando a importância das instituições especializadas como lugar de memória, *lócus* de pesquisa, cognição e patrimônio educativo. O enfoque é no pioneirismo e na contribuição do Instituto de Cegos da Bahia (ICB) para o acesso às escolas regulares de crianças cegas e com baixa visão e a relação desse trabalho com as primeiras iniciativas do poder público para este fim.

Narrativas orais associadas às fontes documentais orientaram teórica e metodologicamente o trabalho. Foram entrevistadas duas professoras ligadas à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, entre as décadas de 1960 e 1990, responsáveis pela implantação de serviços de apoio para deficientes visuais em escolas regulares em articulação com o ICB. Quanto às fontes documentais, as referências foram: o livro *O Cego em face da medicina, do Direito e da Pedagogia* (1933), de autoria do Doutor Alberto de Assis fundador do ICB e os anais do primeiro e segundo Congressos Brasileiros de Educação de Deficientes Visuais ocorridos em 1964 e 1968, respectivamente.

A análise concentra-se no período compreendido entre 1960 e 1964, quando se evidenciaram as primeiras medidas concretas para integração de estudantes deficientes visuais em escolas regulares no Estado da Bahia, através das ações empreendidas pelo ICB. Faz-se referência a alguns acontecimentos ocorridos a partir de 1933 que culminaram com o processo de ensino integrado para alunos cegos e com baixa visão, quais sejam: A Campanha Pró-Cego, a fundação e consolidação institucional do ICB e sua articulação com o poder público.

Inicialmente, precedendo o núcleo do estudo discorre-se, panoramicamente, sobre o legado das instituições especializadas na integração escolar de educandos com deficiência visual relacionando com o significado e relevância das narrativas orais para a compreensão desta memória.



A POTENCIALIDADE E IMPORTÂNCIA DAS NARRATIVAS ORAIS NA COMPREENSÃO E SISTEMATIZAÇÃO DA MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

No Brasil, a inclusão das pessoas com deficiência – em todos os níveis e modalidades de ensino – é um dos temas mais debatidos em Educação nas duas últimas décadas. É abordado com frequência nos diversos espaços midiáticos, figurando em pautas de seminários, simpósios, congressos, entre outros eventos. A questão é constantemente problematizada como objeto de estudo de trabalhos acadêmicos. Mesmo os intelectuais de grande experiência e notoriedade na área, decerto, teriam dificuldade em se manter atualizados diante de tão volumosa produção (dissertações, teses, livros, artigos) anualmente evidenciada no país acerca da temática. Isso sem incluir leis, decretos, diretrizes, notas técnicas e outros documentos orientadores, que são frequentemente publicados pelo Governo Federal.

Conforme Jannuzzi (2006), o acesso à escolarização de crianças com deficiência no Brasil foi contemplado no ideário de importantes acontecimentos históricos motivados por princípios liberais, ocorridos entre o final do século XVIII e início do XIX. Por exemplo, a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798), a Revolução Pernambucana (1817), alcançando maior expressão com o processo da independência. Todavia, as primeiras medidas que constituirão o início da Educação Especial decorrentes de iniciativas públicas partiram do Imperador Dom Pedro II, com a criação, em 1854, do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, posteriormente denominado Instituto Benjamin Constant (IBC) e três anos mais tarde, em setembro de 1857, do Imperial Instituto dos Surdos e Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (BUENO, 1993; MAZZOTTA, 2005; JANNUZZI, 2006).

Com a criação do Instituto Benjamin Constant, o atendimento educacional às pessoas com deficiência visual será desenvolvido no Brasil, quase que exclusivamente por instituições particulares de caráter filantrópico. Segundo Mazzota (2006), ações do Governo Federal depois da criação do IBC só serão evidenciadas no final da década de 50 do século XX.

Após a Proclamação da República, a educação de pessoas com deficiência visual no Brasil, desenvolveu-se lentamente acompanhando as tendências da educação em geral oferecidas às camadas populares, limitando-se o Poder Público, tanto no nível federal, quanto no estadual, a contribuir com subvenções para as instituições filantrópicas particulares que concretamente se dedicavam à assistência educacional dessa parcela da população. Foram essas organizações que, a partir dos anos 1950, envidaram os primeiros esforços para inserção de educandos cegos e com baixa visão em escolas regulares.



As primeiras experiências de inserção de alunos com deficiência visual em escolas regulares tiveram origem no âmbito das instituições especializadas no Estado de São Paulo. Quanto à presença desses educandos na classe “comum”, relata Mazzotta:

[...] em 1946, por portaria ministerial nº 385, de 08 de junho, o curso ginásial mantido pelo Instituto Benjamin Constant foi equiparado ao ginásio de ensino comum. Diante disto, três alunos cegos que o concluíram em 1949 puderam ingressar, já em 1950, em colégio comum, dando início ao ensino integrado para cegos. (MAZZOTTA, 2005, p. 33).

Sobre a formação de professores especialistas na educação de crianças cegas e com baixa visão, afirma Mazini:

[...] Oficializar a experiência da educação de cegos com a instalação em 1947 (cf. Nowil 2002), do primeiro curso na América Latina de Formação de Professores de Educação de Cegos, dentro de uma escola pública - Escola Caetano de Campos e que se transformou num curso regular. Foi o início das especializações que depois foram criadas com base neste primeiro trabalho simples, realizado com interesse, entusiasmo, vontade e criatividade. (MASINI, 2013, p. 43).

É evidente o papel protagonista das instituições especializadas, na estruturação da educação de deficientes visuais no Brasil, influenciando a vida de milhares de brasileiras e brasileiros cegos, mulheres e homens que conseguiram galgar sucesso. Protagonismo que se fez notar não apenas no campo do ensino, mas também na produção de conhecimento e através da provocação do poder público, com vistas à conquista de direitos para as cidadãs e cidadãos com deficiência visual. Protagonismo demonstrado com a expressiva participação de professoras e professores no 1º e 2º Congressos Brasileiros de Educação de Deficientes Visuais, ocorridos em 1964 e 1968, respectivamente. Educadoras e educadores ligados às instituições especializadas, imbuídos na partilha de experiências, divulgação de pesquisas e dos avanços das práticas pedagógicas no campo tiflológico.

Dos textos resultantes das apresentações e debates das sessões plenárias e grupos de trabalho constantes nos anais dos congressos, depreende-se uma consistente atuação das instituições especializadas na educação de crianças, adolescentes e adultos cegos em todo território nacional. Observa-se, além de reflexões de cunho histórico, sociológico e psicológico, abordagens acerca das experiências em curso no país concernentes à alfabetização pelo Código Braille, iniciativas para integração de deficientes visuais em escolas regulares, dentre outros aspectos. É pertinente ressaltar a estreita relação de tais discussões com os debates e estudos do atual contexto.

Não fosse o trabalho das instituições especializadas não haveria cegos hodiernamente destacando-se, acessando os espaços educacionais, principalmente o ambiente acadêmico,



constituindo-se como intelectuais e pesquisadores de notório respeito. Direta ou indiretamente, as instituições especializadas exerceram e exercem influência na elaboração de políticas públicas, formação de educadores e difusão de saberes que, de um modo ou de outro, impactam na vida dos indivíduos, no decurso da formação educacional, independentemente do lugar no qual estejam situados.

Preservar e difundir a memória da Educação Especial no Brasil requer, como ponto de partida, o reconhecimento da importância das Instituições Especializadas, isto é, o legado como patrimônio educativo dessas organizações constituindo-se como primeiro *locus* de ensino sistemático para alunos cegos e espaço de produção de conhecimento, ainda hoje exercendo o papel fundamental no processo de escolarização desses educandos. Nesse sentido, deve-se atentar para dois aspectos. Em primeiro lugar, diz respeito à materialidade da cultura constituída por estas escolas, direcionando o questionamento de modo específico para o acervo documental: atas de reuniões dos conselhos, fichas de matrículas, registros administrativos, livros adquiridos pela biblioteca, materiais didáticos utilizados pelos professores, relatório de atividades, além de objetos incluindo o mobiliário e outros de natureza pedagógica, ou não, constituídos pelas práticas dos sujeitos no cotidiano da instituição. Processo que demanda inicialmente o esforço por parte dos gestores desses estabelecimentos, no que tange à preservação de todos os vestígios escritos e iconográficos associados à memória da escola. Uma tarefa que exige adentrar nos porões, abrir caixas, escarafunchar prateleiras de depósitos, locais onde, geralmente, são relegados vestígios da memória educacional no Brasil. Um desafio apontado por Souza (2013, p. 205):

Vale a pena notar que os estudos sobre cultura escolar na busca incansável por vestígios das práticas foram significativamente importantes no direcionamento dos pesquisadores para a consulta aos arquivos escolares, quase sempre encontrados em estado lamentável de organização e conservação. Amontoados em porões, debaixo de escadas, em salas apertadas, distribuídos ao acaso em armários e caixas, descuidados e sem interesse, documentos quase sempre administrativos, além de coleções de instrumentos científicos, livros didáticos, móveis antigos, troféus, medalhas entre outros objetos, sobrevivem a intempéries, goteiras, condições de insalubridade, falta de identificação, organização e armazenamento adequado na maioria das escolas. Os relatos dos investigadores são abundantes e se multiplicam em relação a diversas localidades e regiões do País.

Em segundo lugar, refere-se a relações tecidas por professores, alunos, pais, funcionários, construtores da história, que além de testemunharem fatos, os relatam e os interpretam. No Estado da Bahia por exemplo, há um número significativo de pessoas que vivenciaram períodos e contextos deveras relevantes da educação especial possuindo profundo



conhecimento dessa história. Utilizar narrativas orais seja como perspectiva teórica, seja como método ou técnica investigativa, identifica-se com a história viva, contemporânea, isto é, do tempo presente, o que ainda justifica o emprego de entrevistas na compreensão da memória da Educação Especial.

No caso específico da preservação da memória da Educação Especial, é relevante a contribuição da história oral como enfoque metodológico e técnica de pesquisa, tendo em vista a perspectiva epistemológica que assume como possibilidade investigativa diferentemente das versões apresentadas pela historiografia tradicional, fundamentada tão somente na documentação escrita, pouco valorizando as experiências dos sujeitos, sobretudo aquelas vivenciadas pelos grupos minoritários, como, por exemplo, as pessoas com deficiência visual, as quais, ao longo da história, têm suas vozes silenciadas, suas existências desconhecidas e suas trajetórias omitidas, inclusive a educacional que sequer figura nas abordagens dos autores clássicos da História da Educação. No estado da Bahia, por exemplo, o tema sequer é mencionado nas obras publicadas nessa área, somente abordada em pesquisas realizadas por autores especialistas neste campo de estudo com o fim de contextualizar o objeto.

O debate em torno da inserção social das pessoas com deficiência, notadamente no que tange à educação, ganha maior visibilidade no Brasil a partir dos anos 1970, quando se observa tanto por parte de estudiosos, como pelo incipiente movimento social desse segmento, críticas ao atendimento realizado nas instituições especializadas cuja base era o regime de internato. O fulcro de tais críticas residia no entendimento que esse modelo educativo possuía caráter segregacionista. Entretanto, não se pode desconsiderar o contributo histórico dessas organizações, isto é, o legado através do acúmulo por elas adquirido e preservado, bem como dos saberes transmitidos para as sucessivas gerações.

O TRABALHO PRECURSOR DO ICB NA EDUCAÇÃO E ACESSO À ESCOLA REGULAR DE DEFICIENTES VISUAIS NO ESTADO DA BAHIA

Conforme se observa em Assis (1933), no Estado da Bahia, as primeiras medidas relativas à assistência às pessoas com deficiência visual, dentre as quais a educacional, partiram da Liga dos Institutos de Ensino Particular da Bahia. As ações desenvolvidas tiveram início através da Campanha Pró-Cego, liderada pelo diretor do Instituto Bahiano de Ensino, professor Alberto de Assis, que tinha como colaboradores mais próximos Dr. Peter Backer e o professor J. J. Nascimento Junqueira. A Campanha Pró-Cego foi concebida após o retorno do professor Alberto de Assis da viagem em que visitou algumas instituições localizadas nos estados do Rio



de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e do Distrito Federal, onde se desenvolviam experiências exitosas relativas à educação de cegos. O objetivo era criar uma instituição que se dedicasse à educação das crianças desprovidas do sentido da visão. A campanha foi amplamente divulgada pela imprensa baiana da época, veiculada em importantes jornais, que concederam espaços em suas pautas ao professor Alberto de Assis, Dr. Peter Backer e o professor J. J. Nascimento Junqueira, para apresentarem à sociedade baiana os propósitos da iniciativa.

Uma série de conferências proferidas pelo professor Alberto de Assis, a partir de julho de 1933, versando sobre a instrução e a capacidade dos cegos e acerca da experiência vivenciada, durante sua viagem anteriormente aludida, constituiu o marco oficial do início da campanha que, já em 1934, se encontrava em pleno desenvolvimento.

Assis (1933), ao apresentar o processo de articulação nacional por ele liderado – através do contato com especialistas no campo tiflológico e gestores de instituições, o que mais tarde culminaria na fundação do ICB –, expõe algumas correspondências remetidas e recebidas que demonstram a perspectiva eminentemente educacional que assumiria o educandário a ser criado, conforme se observa nos trechos¹ que se seguem:

Rio de Janeiro, 18 de Julho de 1933.

Meu prezado amigo

Dr. Alberto de Assis

Atencioso saudar

Recebi sua amável missiva no dia dez do corrente. Respondo com algum atraso em razão de ter buscado escolher uma professora á altura da missão.

[...]

Quanto ao material mencionado em sua carta, isto é: máquinas Braille, livros em Braille, chapas de calculo, mapas, etc., o Instituto não tem disponível.

Entretanto, a casa “O Bronzeiro”, á Rua Senhor dos Passos 175, o possui, vendendo em ótimas condições.

Quanto aos livros poderei fornecer alguns.

Sem mais, á sua inteira disposição, me ponho afim de servi-lo no que fôr preciso e me subscrevo com especial estima, consideração e apreço.

Amo., Admor., Ato. Obro.

Sady Cardoso de Queiroz. (ASSIS, 1933, p. 213-214).

Illmo. Snr. Dr. Alberto de Assis.

Saudações

[...]

Sei da escolha da Snha. Helena Rizzo pelo diretor proposta como professora de uma classe primaria e aprovo-a com entusiasmo, de vez que é esta uma das melhores alumnas que já tive, ainda sem collocação. Penso, porém, que a par da paciência feminina para guiar os primeiros passos da creança, faz-se necessário a energia masculina de um não vidente, que pudesse ir á Bahia para

¹ As correspondências são citadas em conformidade com a obra original impressa em 1933, preservando-se a grafia empregada.



fazer publicas demonstrações de capacidade, dando um attestado vivo do quanto pôde um individuo sem vista convenientemente educado. Estas demonstrações seriam conferencias acompanhadas de leitura e escripta no systema Braille, dactylographia commum e no proprio Braille, seriam explicações de como pôde um cego ensinar mesmo aos que vêem, seriam palestras em salões frequentados pela elite bahiana, onde o cego compareceria para demonstrar a que ponto pode chegar a sua cultura, seriam visitas ás famílias de creanças cegas para convencê-las com o proprio exemplo, para mostrar-lhes o que pôde vir a ser o seu menor sem vista si receber uma educação apropriada, seriam mesmo excursões ás principaes cidades do Estado, onde se faria a mesma cousa. Para uma acção tão complexa, só uma energia masculina. A descrença, a duvida, a ignorancia do Publico sobre a capacidade dos cegos precisam ser estirpadas pela acção e pelo exemplo; não bastam artigos de jornal e palestras pelo radio. Tudo isso tenho feito aqui. Todavia, sei de famílias de cegos, aqui mesmo dentro da capital, algumas até bem cultas, as quaes até se recusam mandar seus meninos cegos para o nosso Instituto.

José Veiga.
Professor cego de Francês
e Inglês do Instituto
Benjamin Constant
20 – Julho – 1933. (ASSIS, 1933, p. 217-218).

O êxito da campanha mobilizou influentes segmentos da sociedade baiana, bem como de outras localidades do país, sensibilizando empresários, entidades de classe e autoridades políticas, viabilizando o início das atividades do ICB, antes do ato oficial de sua inauguração.

A solenidade de inauguração do ICB ocorreu em 30 de maio de 1937. Compareceram à cerimônia: o Arcebispo Primaz do Brasil, D. Augusto Álvaro da Silva, o Governador do Estado da Bahia, Dr. Juracy Magalhães, o Secretário de Educação, professor Dr. Anísio Teixeira, José Spínola Veiga, professor do Instituto Benjamin Constant que auxiliou no processo de organização do ICB, dentre outras autoridades. No decurso deste ato, foram lidos telegramas enviados de diversas partes do país contendo votos de sucesso e congratulando-se com a obra ora iniciada. Finalizando a sessão, o Prof. Alberto de Assis foi empossado presidente do ICB.

A despeito do caráter preliminar desse trabalho, julgamos que os dados até aqui apresentados são suficientes para contextualizar historicamente o processo de constituição e consolidação institucional do ICB, que embora a partir da sua inauguração, os esforços envidados concentraram-se na formação profissional, paulatinamente, em consonância com as transformações do contexto educacional brasileiro e especificamente da Educação Especial, foi assumindo um caráter educativo, criando as bases para, na década de 1960, de forma pioneira, realizar as primeiras experiências de inserção de deficientes visuais em escolas regulares na Bahia.



As primeiras experiências do ICB na integração de educandos cegos e com baixa visão em escolas regulares deu-se por volta de fins dos anos de 1950, estando diretamente associada ao contexto educacional geral vivenciado no país, à época em que se observava a abertura da escola pública aos segmentos pertencentes às camadas pobres e às mudanças específicas no campo da Educação Especial quando o Governo Brasileiro, pela primeira vez, desde a criação do Instituto Benjamin Constant, assume a educação de pessoas com deficiência visual, enquanto política nacional de educação. As medidas tomadas foram a instituição de campanhas de abrangência nacional objetivando a ampliação dos serviços de atendimento educacional especializado. Em 17 de setembro de 1958, foi criada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão. Cumpre salientar que, em 1961, foi promulgada a Lei n.º 4.024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que mencionou a educação de pessoas com deficiência nos artigos 88 e 89.

Sob a influência do contexto acima mencionado, mormente da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, em 1959, o ICB, efetivamente, assume o desafio de realizar a primeira experiência de matricular pessoas cegas em escolas “comuns”, embora sem acompanhamento de um professor especialista.

Através de contatos estabelecidos pela direção do ICB, duas professoras ligadas à Instituição participaram de um curso de especialização na educação de deficientes visuais, em São Paulo, promovido pelo Instituto Caetano de Campos, em 1960, iniciando o apoio a deficientes visuais matriculados nas escolas já em 1961, conforme se observa no relato: “fomos convidadas para fazer o curso em São Paulo e fizemos em 1960. Em 1961, então começamos o trabalho de integração de deficientes visuais em escolas comuns” (professora especialista).

Ao retornarem do curso e se apresentarem ao Secretário de Educação do Estado, foi proposto às professoras a realização do trabalho de integração escolar de deficientes visuais através do ICB. Assim, implantou-se, em 1961, a primeira sala de recursos na Escola Marquês de Abrantes e, ainda naquele ano, sendo oferecido apoio aos alunos matriculados na Escola Azevedo Fernandes e no Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA) por meio do serviço itinerante.

Após a implantação do serviço, as atividades de apoio ficaram restritas às escolas Marquês de Abrantes, ICEIA e Azevedo Fernandes. Em 1967, foi realizado pela Secretaria de Educação o primeiro curso objetivando formar professores para o atendimento educacional aos educandos com deficiência visual, capacitando uma média de vinte profissionais, iniciativa que possibilitou a ampliação da oferta do serviço para outras unidades escolares, o que facilitou o acesso de alunos cegos e com baixa visão.



Em decorrência de medidas inicialmente oriundas da direção do ICB, o poder público na Bahia, gradativamente, promoveu ações no sentido de integrar pessoas cegas em escolas “comuns”, primeiro no âmbito do governo do Estado e, posteriormente, na capital Salvador, sendo aos poucos incorporadas por outros municípios.

A partir de 1961, a dinâmica adotada pelo ICB para integração educacional dos estudantes consistia em: encaminhamento dos alunos internos para a escola regular, onde frequentavam os cursos primário e ginásial, tendo acesso ao currículo da base comum nacional e, no turno oposto, eram realizadas atividades específicas (Braille, soroban, atividade da vida diária, escrita cursiva, terapia ocupacional, fisioterapia, atendimento psicológico, dentre outras). Ao completar dezoito anos ou concluir o ensino fundamental, os alunos deficientes visuais eram automaticamente desligados do ICB, passando a conviver integralmente no seio de suas famílias quando, de modo geral, para prosseguir os estudos, solicitavam o apoio do Grupo de Voluntários Copistas, Ledores para Cegos (GVCLC)².

Durante o já citado I Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais, realizado em 1964, a professora Josefa Calazans, ao apresentar a comunicação “Programa Educacional para Atender as Necessidades dos Deficientes Visuais”, discorreu acerca do trabalho desenvolvido pelo ICB, ratificando, em larga medida, a análise acima ao afirmar³:

O Instituto de Cegos da Bahia, embora tenha sido, por muito tempo, uma espécie de “asilo para cegos”, vem passando por transformações radicais nos últimos tempos.

Tendo iniciado em 1961 seu novo período de atividade educacional, contando com apenas duas professoras especializadas em São Paulo, está, atualmente, com um corpo de 14 professores, sendo 10 especializadas, uma assistente social e uma psicóloga, ambas tendo feito estágio na Fundação para o Livro do Cego no Brasil. Mantém classes Braille no Instituto de Educação “Isaías Alves” (Curso Ginásial, Colegial e Pedagógico) e na Escola Marquês de Abrantes (Curso Primário), atendendo a 23 alunos com resultados os mais satisfatórios. (ANAIS..., 1964, p. 47).

Para compreender e sistematizar a memória da educação especial, independentemente qual seja o contexto, requer necessariamente uma imersão no legado produzido e difundido pelas instituições especializadas, o que constitui fundamentos para refletir o debate atual sobre a educação inclusiva. Reconhecer este contributo é o desafio posto para os estudiosos da história da educação, principalmente aqueles que se dedicam a pesquisas sobre o patrimônio histórico educativo.

² O GVCLC presta auxílio educacional a estudantes cegos e com baixa visão, através de leituras em voz alta realizadas por voluntários ledores; produção e distribuição de materiais adaptados (gravação em áudio de livros e apostilas, transcrição para o sistema Braille, impressão em fonte ampliada e digitalização de textos e livros).

³ Preservou-se na citação a grafia da Língua Portuguesa utilizada pela autora, vigente à época.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar e sistematizar a memória da educação de deficientes visuais no estado da Bahia, tendo como referência o trabalho desenvolvido pelas instituições especializadas, intenciona-se apresentar uma contribuição para que se possa melhor compreender o atual contexto.

A despeito da apresentação preliminar e sucinta da análise que constitui o objeto de uma pesquisa em fase de desenvolvimento, acreditamos que, através do encadeamento das ideias expostas, ter demonstrado o elemento fulcral que norteou a visada reflexiva de nossa investigação, qual seja, o trabalho do ICB representou o principal alicerce para estruturação e desenvolvimento de ações para integração educacional de pessoas cegas e com baixa visão em escolas regulares no estado da Bahia.

Divulgar os resultados parciais desse estudo mostra-se relevante devido a três aspectos: primeiro por se tratar de um enfoque pouco visibilizado nas pesquisas em História da Educação, segundo pela fundamentação teórico-metodológica, ao recorrer às fontes orais valorizando experiências, memórias vivas, vozes de quem protagonizou a história. Por fim, o caráter da abordagem que estabelece relações com o emergente campo de estudo do patrimônio histórico educativo, o que decerto, sinalizará para pesquisadores e pesquisadoras da Ibero-americanos sobre a importância de trabalhos com este viés.

REFERÊNCIAS

ANAIS do I Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais. São Paulo: Associação Paulista de Medicina, 1964.

ANAIS do II Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 1968.

ASSIS, Alberto de. **O Cego em face da Medicina, do Direito e da Pedagogia**. Salvador: Escola de Aprendizes Artífices da Bahia, 1933.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. **A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.



MASINI, Elcie. **O perceber de quem está na escola sem dispor da visão**. São Paulo: Cortez, 2013.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 199-221, jan./jun. 2013.

Recebido em: 03 de outubro de 2019

Aceito em: 09 de maio de 2021